



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638783 - MT (2021/0002453-9)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**PACIENTE** : FLAVIO NARDES DO ESPIRITO SANTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FLAVIO NARDES DO ESPIRITO SANTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO (1000035-28.2021.8.11.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal e, uma vez submetido à audiência de custódia, teve a liberdade provisória concedida sob a condição do pagamento de fiança (1 salário mínimo).

A impetrante sustenta que o paciente não possui condições de pagar nenhum valor. Afirmar que “a decisão foi proferida pela autoridade coatora à míngua de qualquer elemento acerca da condição financeira do autuado além do que constou da qualificação no interrogatório, ocasião em que declarou ser pedreiro autônomo, atualmente sem renda pelo fato da prisão”. Aduz que “é notória a situação de pobreza do paciente, que não tem a mínima condição de arcar com o valor da fiança arbitrado”.

Requer que seja deferida, *inaudita altera parte*, a concessão liminar da ordem para que haja isenção da fiança arbitrada ao paciente, ante o patente estado de vulnerabilidade econômica e a falta de fundamentação idônea da decisão que apenas reduziu a fiança, com aplicação do já determinado no julgamento do PExt no *Habeas Corpus* n. 568.693/ES em 1º/4/2020.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Além disso, o TJMT consignou o seguinte:

Neste caso, a fixação de fiança, a fim de vincular o autuado ao processo, e medidas cautelares diversas da prisão e medidas protetivas em face das vítimas é suficiente e adequada ao caso em questão, tanto para resguardar a integridade física da vítima como para vincular o autuado ao processo.

A Lei 12.403/11 recuperou o instituto da fiança dando-lhe mais força, uma vez que, agora, ela pode substituir a prisão preventiva ou outras cautelares, caso necessário para preservar a ordem do processo e garantir a participação do agente nos atos de instrução, de modo a não frustrar a aplicação da lei penal.

No entanto, a fiança, agora estabelecida como medida cautelar, depende da prudência da autoridade judiciária, sempre observando os princípios da razoabilidade e adequação.

Conforme o art. 325 do Código de Processo Penal, para a fixação do valor de fiança, deve a autoridade valer-se da condição econômica do agente, podendo dispensar, reduzir ou majorar os valores mencionados nos incisos I e II.

Na espécie, o próprio paciente afirmou que possui renda mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que pode se denotar que não pode ele ser tratado como pessoa desprovida de qualquer recurso, de modo que o valor arbitrado a título de fiança não deve ser dispensado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente